

ESPAÇO LIVRE DE CONSTRUÇÃO – UM PASSEIO PELOS PARQUES URBANOS

Fabiane dos Santos Toledo ; Douglas Gomes dos Santos¹

RESUMO

Este trabalho, parte integrante de uma pesquisa em andamento, buscou identificar o surgimento dos parques urbanos no Brasil e no mundo, bem como seus contextos históricos, sociais, políticos e ambientais, fazendo um “passeio” (alusão aos subtítulos) pelos conceitos, pelas definições e pelas funções nas diferentes épocas e estilos. Intercalando os espaços livres públicos no que se refere aos parques urbanos, partiu-se dos conceitos mais originais, fundamentando as reflexões acerca da evolução da urbanização atrelada aos mais variados cenários e influências que admitiram que os parques urbanos foram e são, espaços formadores de significados sociais e estruturais importantes no ambiente urbano, provando que os mesmos podem ser um dos ícones do urbanismo moderno, o qual tende a visualizar um futuro estrutural das cidades intrínseco a catástrofes e a uma sociedade que demanda cada vez mais qualidade ambiental e de vida

Palavras-chave: Planejamento ambiental, urbanismo, qualidade de vida.

A WALK IN URBAN PARKS

ABSTRACT

The present study aims to identify the emergence of urban parks in Brazil and in the world, as well as their historical, social, political and environmental contexts. The paper will consider theoretical postulates in relation to the concepts, definitions and functions above, from different eras and styles. Based on the most relevant authors and in the original concepts, related to the open public spaces in the urban parks, reflections about the evolution of urbanization, considering a lot of scenarios and influences, the evolution of urbanization, considering a lot of scenarios and influences were done. Data analysis suggests that the urban parks have opened spaces of social and structural important meanings in the urban environment, from their conception, evolution and real functions. It can prove that they can be one of the icons of the modern urbanism, which tends to view a structural future of the cities related to the disasters and to a society which demands more environmental and life quality.

Keywords: Environmental planning, urban design, life quality.

¹ (recebido em 04.03.2011 e aceito para publicação em 15.06.2012)



INTRODUÇÃO

Ao se tentar traçar um perfil evolutivo da história dos parques urbanos mundiais, percebe-se um cruzamento conceitual ao longo do tempo por meio das funções e dos propósitos desses espaços. Sua evolução pode ser determinada por períodos caracterizados pelo desenvolvimento da sociedade com suas necessidades, valores, crenças e técnicas, bem como suas transformações e renovações que se repercutem em uma época e contexto diferenciados, atestando que da construção pioneira a mais moderna surgem seus reflexos na estrutura urbana.

Esses reflexos, por sua vez, estão sempre conectados ao crescimento rápido das cidades e aos problemas dele advindos e, ponderar qualidade ambiental e de vida neste contexto requer pensar em estratégias de proteção e preservação dos espaços potenciais para a conservação de suas características naturais, em busca de um aperfeiçoamento ambiental e da vida.

Assim, surgem os parques, dotados de grande responsabilidade, por assim dizer, diante da fragilidade do espaço e da necessidade dele voltado à recreação e ao lazer, essencial a essa conjectura de vida moderna dos habitantes, inserindo no planejamento um olhar direto aos parques como estratégia ao desenvolvimento (e não crescimento) das cidades.

Sabe-se que no Brasil, a origem dos parques urbanos é do século XVIII, e advém da necessidade de

proteção de áreas para contemplação e lazer e da organização de jardins e passeios públicos voltada ao interesse da coroa portuguesa nas potencialidades econômicas da natureza brasileira (SEGAWA, 1996, p. 16).

Ao avaliar o tempo histórico, percebe-se que os parques se diferenciam quanto aos objetivos e papéis e/ou das necessidades vivenciadas pela sociedade. Na atualidade, eles têm a função social, estética, ecológica e de proporcionar um espaço onde os cidadãos possam gozar os seus tempos livres, o que é uma necessidade cada vez mais evidente para a população urbana, estampando suas atribuições no desenvolvimento dos planos e projetos.

Considerando tais pressupostos, este trabalho objetiva a visão conceitual e temporal dos espaços livres públicos com um recorte nos parques urbanos mundiais e brasileiros, com suas origens, funções e relevância no plano das cidades atuais, que buscam mais qualidade ambiental e de vida para seus habitantes, atrelando-se a isso a evolução da urbanização aos mais variados cenários e influências.

MATERIAIS E MÉTODO

Para atingir os objetivos propostos, o método usado foi uma revisão bibliográfica e reforçada com uma pesquisa acerca dos conceitos e do histórico dos espaços livres com enfoque nos parques com o aporte dos principais autores no assunto, possibilitado assim a

compreensão e a escolha do embasamento considerado para identificar o surgimento dos parques urbanos no Brasil e no mundo e suas influências sociais, políticas e ambientais, além das definições e de suas funções nas diferentes épocas e estilos.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Percurso conceitual

É inevitável a convivência com outros autores que trabalham essa temática no que diz respeito à dificuldade de se definir Espaço Livre de Construção, Parque Urbano e seus similares. Apesar das pesquisas mostrarem que esses conceitos vêm sendo cruzados ao longo dos últimos estudos com a intenção de se chegar a um consenso, ainda há uma falta de consenso frente às inúmeras definições dos mesmos. Toledo e Santos (2008, p. 75) concordam que “tem sido uma dificuldade tanto no meio científico quanto no planejamento e gestão desses espaços, certificando-se de que há a necessidade de se alcançar uma linguagem única em todos os campos.”

Na bibliografia científica, os termos e suas variações dependem das referências dos autores. Os municípios brasileiros são constituídos, segundo Cavalheiro e Del Picchia (1992), de áreas urbanas, onde estão os espaços com construções como habitações, indústrias, comércio, etc. e os espaços livres de construção (praças, parques, águas superficiais, etc.) e de áreas de expansão urbana.

O termo *Open Space*, traduzido do inglês, é tratado por alguns autores de forma diversa:

Ainda na década de 1960, um trabalho de Eckbo, Rean Austin e Williams consideraram “open space” como uma área monitorada para a produção ou preservação de recursos naturais, para incremento da saúde, bem estar, conforto, segurança pública, corredores, e de expansão urbana. Mais tarde, o próprio Eckbo vem a definir “open space” como uma expressão genérica sobre muitos tipos de uso de solo. (LIMA et al., 1994, p. 542).

Para existir espaço aberto em urbanismo, o termo utilizado deve ser área aberta. Os espaços livres desempenham papel ecológico, de integrador de espaços diferentes, baseando-se, tanto em enfoque estético, como ecológico e de oferta de áreas para o desempenho de lazer ao ar livre (CAVALHEIRO e DEL PICCHIA, 1992, p. 2).

O conceito mais abrangente, então, dentro de uma pesquisa feita por Lima *et al.* (1994) seria o de Espaço Livre, integrando os demais e contrapondo-se ao

espaço construído, em áreas urbanas. Assim, a Floresta Amazônica, citada como exemplo pelos autores, não se inclui nessa categoria; já a Floresta da Tijuca (referida no histórico do Brasil como uma das primeiras áreas livres), localizada dentro da cidade do Rio de Janeiro, é um espaço livre. Não obstante esse conceito tem que ser integrado ao uso do espaço, sua escala e função, esta devendo cumprir três objetivos principais: ecológico, estético e de lazer, como já mencionados anteriormente.

Integrando as definições citadas e adicionando ao conceito adquirido por Sanchotene (2004), os espaços livres são as áreas não edificadas de uma cidade, de propriedade do Município, Estado, União ou de particulares, independentes de sua destinação de uso. Quando destinados à preservação ou implantação de vegetação ou ao lazer público, passam a se chamar áreas verdes, as quais podem ser praças, parques, jardins públicos, arborização urbana, etc. podendo ter vegetação de ocorrência natural ou implantada. Nesse sentido, é interessante apresentar a organização realizada por Nucci (2004) embasada em Cavalheiro *et al.* (1999) e citada por Buccheri Filho (2006) onde é possível identificar as diferentes categorias de espaços livres de construção, assim como a condição de serem concebidos (ou não) como áreas verdes (Figura 1), colaborando assim para uma padronização de conceitos na perspectiva de estudos e análises dessas áreas.

A partir dessas definições sobre os espaços livres de construção fez-se um entremeio no mesmo, contornando os parques, precisamente os urbanos, a fim de investigar e discutir o conceito e a abrangência funcional dos mesmos no contexto da cidade.

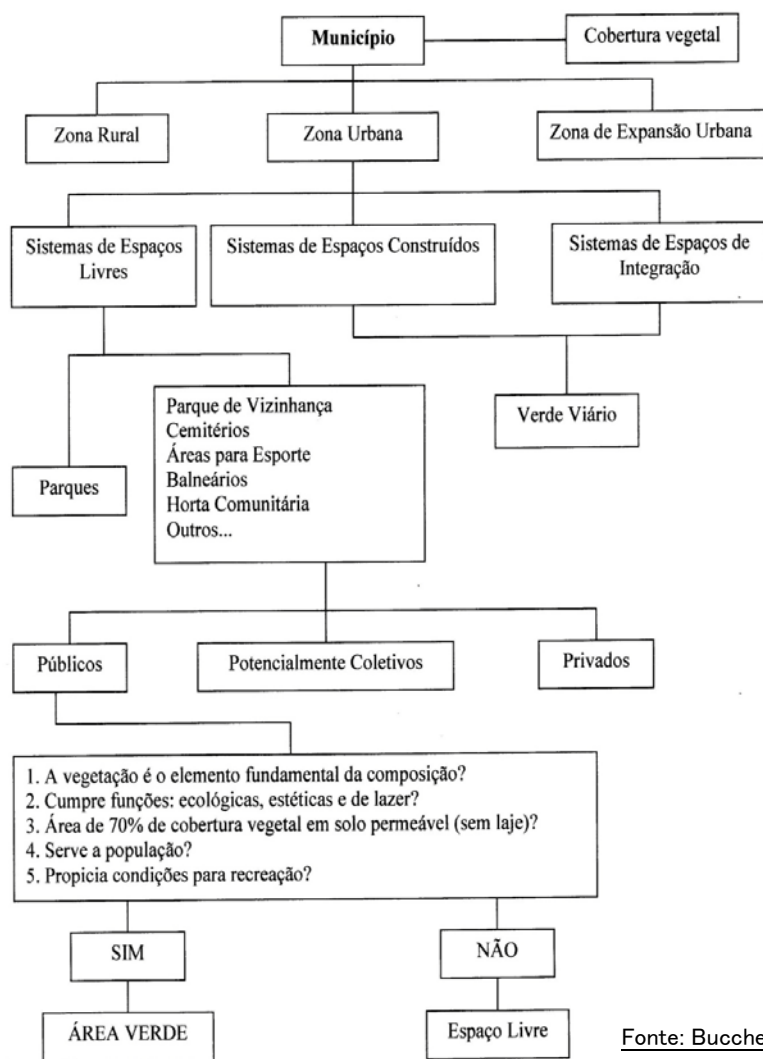
Os parques vieram da transformação progressiva dos jardins, como explica Laurie (1983), o significado da palavra jardim (*garden*) vem da união de dois termos hebreus: gan, que significa proteger ou defender, como no caso de uma cerca; e, oden/eden, que significa deleite ou prazer, dando então a ideia de terra para prazer e deleite.

Fabiane dos Santos Toledo et al..



Figura 1. Organograma de classificação do verde urbano

Figure 1. Chart for classification of urban green



Kliass (1993) define que os parques urbanos são espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinados à recreação.

Macedo e Sakata (2002, p.14) consideram como parque “todo espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja o seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é auto-suficiente”, isto é, não é diretamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura construída em seu entorno.

No trabalho de Lima *et al.* (1994, p. 545) uma das categorias principais são os Parques Urbanos, ou seja, “uma Área Verde, com função ecológica, estética e de lazer, entretanto com uma extensão maior que as chamadas Praças e Jardins Públicos”. Ainda há o sistema de parques urbanos ou municipais que pode ser de dois tipos: parques urbanos, dentro do perímetro urbano, os quais guardam uma correlação especial com os problemas sociais e os parques rurais.

Fonte: Buccheri Filho,

No Art. 103 do Código Civil brasileiro, os parques se inserem nos bens públicos de uso comum do povo, os quais “são inalienáveis, enquanto conservarem a

sua qualificação” e seu uso “pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.”



A partir dessas definições mais relevantes, é possível atribuir funções e possibilidades aos parques urbanos. A pesquisa mostrou que a ideia principal referente aos parques, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, foi a de espaços relativamente grandes destinados a amenizar os problemas psicológicos dos habitantes das cidades como poluição sonora, visual, estresse, cansaço e até, podemos supor, da vida social. Kliass (1993) ampara a consideração dos parques na saúde por meio dos benefícios físico e mental.

Nos dias atuais, é notável a preponderância dos parques a partir da gama de fatores relacionada ao meio ambiente urbano, onde as cidades se tornaram cada vez menos atrativas em termos de qualidade ambiental e de vida, já que aumentaram os problemas ambientais como a poluição atmosférica, erosões, chuvas ácidas, enchentes e tantos outros que, além de tudo, rondam a situação psicológica da população, como se observa ultimamente, especialmente de perto, em nosso país.

Amenizar as tensões do cotidiano, proporcionar liberdade e inspirar saúde são alguns propósitos dos parques há muito tempo. Vale lembrar os argumentos higienistas do século XIX, que foram muito utilizados pelos autores e estudiosos do segmento como uma resolução para os problemas sociais, dentre eles a saúde precária do ambiente urbano.

Para Wright *et al.* citados por Escada (1992, p. 13) as funções dos espaços livres, inscritas aqui devido às relações com a vegetação, são agrupadas em três conjuntos distintos:

1. Espaços livres para recreação: devem proporcionar recreação física e psicológica e oferecer um local onde o ser humano possa ter um ambiente adequado ao lazer. Esses espaços são subdivididos em:
 - 1.1. Parque de vizinhança - áreas com função recreacional que podem abrigar alguns tipos de equipamentos ligados à recreação. São espaços livres pequenos inseridos no projeto de loteamento

ocupando um ou mais lotes, devem conter vegetação, ambientes de jogos, bancos para descanso, etc. Para atender convenientemente a população devem estar entre 100 e 1000 m de distância das residências ou do trabalho.

- 1.2. Parque de bairro - locais de maiores dimensões, além de terem funções recreacionais mais ativas, apresentam funções paisagísticas ou bioclimáticas, não são entendidos, ao contrário dos primeiros espaços, como extensão das residências.

- 1.3. Parque distrital - de grandes dimensões, são áreas de bosques que contam elementos naturais, de grande beleza, que devem ser conservados na condição original.

2. Espaços livres para a conservação de recursos biofísicos: são espaços que têm o objetivo de satisfazer às necessidades da sociedade em longo prazo. São espaços pouco ou não alterados destinados à proteção da água de abastecimento, preservação de enchentes pela absorção da água de declive acentuado, proteção de áreas de valor paisagístico, arqueológico ou biológico.
3. Espaços livres para o desenvolvimento da forma urbana: são os espaços que têm o objetivo de modelar o padrão do desenvolvimento urbano dando uma idéia de identificação e territorialidade, a título apenas de exemplo, pois não será discutido neste trabalho.

Os parques possuem consideráveis particularidades, já que podem ser um meio para o lazer, recreação, educação ambiental, entre tantos outros; Macedo e Sakata (2002) complementam ao dizerem que a grande solicitação de lazer em vários segmentos, como esportivas e culturais, dá novas funções aos parques, diferentes das antigas voltadas basicamente para a contemplação, tendo como consequência novas

Fabiane dos Santos Toledo et al..



denominações como os parques ecológicos, ligados à conservação de recursos naturais e os temáticos nas diversificadas atrações.

Os parques urbanos são:

Todo espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja o seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica e auto-suficiente, isto é, não é diretamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura construída em seu entorno. (MACEDO; SAKATA, 2002, p.14).

Trajetória histórica

Os parques urbanos no mundo

Identificar o surgimento dos parques urbanos no mundo por meio da literatura científica leva à conexão com os jardins e sua evolução cruzando-se aos conceitos ao longo do tempo pela perspectiva histórica, das funções e das intenções desses espaços, onde cada período analisado condiz com as necessidades, os valores, as crenças e as técnicas de cada sociedade, diante da sua representatividade nos âmbitos religiosos e lendários ou paisagísticos e arquitetônicos.

O estudo ratificou que ao tratar do surgimento dos parques, discorre-se sobre diferentes intervalos de tempo e sempre sob a ótica da jardinocultura, que a princípio traz a inserção dos espaços verdes por meio dos jardins ornamentais nas cidades gregas e romanas a partir da Antiguidade Clássica, o que foi possível identificar apesar da pouca existência de dados sobre os jardins da antiguidade.

China e Egito são considerados precursores na arte de cultivar jardins. São identificados como primeiros espaços assim constituídos os jardins do antigo Egito, os quais eram construídos em menor escala com a função de amenizar o calor excessivo das residências (JELLICOE e JELLICOE, 1995, p. 223).

A China, por sua vez, se diferencia por atribuir religiosidade e espiritualidade aos seus jardins naturais compostos por pedras, pontes, água e outros elementos afins, sempre com funções de elevar o espírito. O conceito de organização espacial estava voltado para os cenários assimétricos e o princípio era de “que deve

Surgem ainda, com Mantovani (2005) outros três tipos quanto à função, voltados à conservação: o Parque Tecnológico, com material de uso, bancos, áreas de lazer amplas e sem elementos biológicos que o marquem; o Parque Jardim, com elementos biológicos mantidos sob manejo contínuo, sempre alterados e manejados com cortes e podas, com funções importantes e rara utilização de espécies nativas; e o Parque Ecológico, composto por ecossistemas naturais conservados em toda a sua estrutura.

representar uma visão natural e selvagem do campo, um lugar ‘rural’ de retiro, e não uma forma de acordo com as regras da arte” (JELLICOE e JELLICOE, 1995, p. 228). Esses jardins eram réplicas escalares de cenários naturais, doando especial importância à escala relativa. O esqueleto do jardim eram as pedras, não as pedras esculpidas, porém, as pedras naturais e elas desempenhavam o mesmo papel que as esculturas no jardim ocidental (DEL PICCHIA, 2009).

Nas cidades gregas e romanas, os palácios eram rodeados por jardins ornamentais de inspiração persa e egípcia, com forte presença da água, que também teria a função de apaziguar a temperatura local. Até então essas áreas eram particulares e restritas, no entanto, foi na Grécia que pela primeira vez os espaços livres se tornaram públicos e “livres” para a comunidade do ponto de vista do acesso.

Alguns autores como Buchwald (1978), Richter (1981) e Tandy (1982) e Hennebo (1979), citados por Lima *et al.* (1994) falam sobre a Ágora de Atenas como um dos únicos espaços livres antes da Revolução Industrial. Na Antiguidade Clássica, esse lugar foi de uso comum, onde se cultuavam os deuses e congregava a população para as discussões da política da república e que, ao contrário do que muitos acreditam, era um local arborizado.

Teixeira (2007, p. 45) reforça que “foi na Grécia que o jardim se consolidou como lugar de passeio e conversação, como um espaço livre destinado a

ESPAÇO LIVRE DE...



encontros sociais. Neste, era comum encontrar-se mestres rodeados por seus discípulos.” Laurie (1983) ainda relata que no interior das cidades desta época não havia áreas ou parques públicos de usufruto, de maneira como são atualmente, ou seja, para fins de recreação e contemplação.

Os gregos, diferentemente dos romanos, não prezavam o luxo e a ostentação e dedicavam-se mais a uma vida coletiva e, assim, seus jardins não eram privados como os dos romanos. Nesses jardins eram erigidas estátuas dos heróis vencedores dos Jogos Olímpicos. Eram esses os jardins gregos, que podemos considerar de uso público (DEL PICCHIA, 2009). Posteriormente, as estátuas foram substituídas pela topiária - prática da jardinagem que consiste em dar formas artísticas às plantas - e a integração da arquitetura e do verde fez dessa arte um dos primeiros sinais de amadurecimento e consciência das potencialidades materiais do jardim.

Os jardins romanos são conhecidos por meio da descoberta, em 1748, de Pompéia (soterrada pela erupção do Vesúvio) e pelas descrições de Plínio, o jovem, dos jardins de suas vilas. Del Picchia (1992, p.19) descreve:

Os jardins de Pompéia são jardins urbanos. São pátios descobertos cercados por colunas, o peristilo, no interior das residências. Se na Grécia esses pátios eram pavimentados, em Pompéia eles eram em terra, o que nos faz supor a existência de plantas. Na casa dos Vetii em Pompéia, o peristilo tem cerca de 15 metros de comprimento por 8 metros de largura. Nos peristilos existiam muitas bacias de água, pequenas estátuas que serviam de condutores, pilares de Hermes e, provavelmente, plantas.

No contexto político da Idade Média, as cidades protegidas por muralhas não davam lugar aos parques e jardins, com exceção daqueles destinados a hortas e a interiores. Historicamente, é conhecida a conjuntura da Europa na desagregação do Império Romano, a qual permaneceu estagnada em relação à expressão artística e somente no final desse período é que se encontram registros da volta modesta dos espaços verdes nas cidades limitados a pequenos bosques. Segawa (1996, p. 35) descreve esses motivos: “Reordenar uma cidade consolidada dentro dos novos cânones urbanísticos não era iniciativa de fácil

realização, em não havendo uma forte motivação ou retaguarda política e econômica condizentes.”

Induzidos pela Antiguidade Clássica, os jardins no Renascimento surgem sob novas perspectivas arquitetônicas, com traçados geométricos e sob grandes feitos artísticos. A arquitetura é incorporada à jardinagem dando a eles uma concepção mais abrangente concebendo-os, segundo Del Picchia (2009) como parte integrante do edifício que divide a mesma criatividade que se requeria para a casa onde ambos fariam uma unidade reconhecível pelo olhar.

A França, que influenciou o surgimento de boa parte dos jardins europeus nessa época e também o surgimento das áreas verdes como os parques, tinha jardins em escalas maiores que a diferenciava da Itália, por exemplo, provavelmente devido ao seu clima e relevo, além de sua história política. No final desse período a elevação do gosto pelas áreas verdes e pela arte é exemplificada nos jardins do palácio de Versailles, projetado por Andre Le Nôtre, que foi o maior paisagista do barroco francês e o qual adquiriu fama pelo próprio projeto dos jardins de Versalhes e pelos jardins das Tulherias, apenas para exemplificação sobre aquele, Del Picchia (2009, p. 30) relata que “Versalhes foi a apoteose do jardim de vista francês. Em torno da famosa perspectiva outros jardins foram construídos e refeitos...”.

O jardim francês foi conduzido em uma topografia plana, levemente inclinada com facilidades de se obter águas paradas em vez de cascatas e fontes. Os terraços, menos freqüentes, eram mais baixos e arquitetonicamente menos importantes. Caminhos elevados ainda eram constantes, os quais levaram ao *parterre* que, de acordo com Del Picchia (2009) foi por causa dele que esses caminhos elevados continuaram a ser construídos mesmo quando as exigências defensivas já haviam desaparecido. Sobre o *parterre*, o autor explica que a palavra foi primeiramente usada no meio do século XVI e derivava de *par terre*, no chão, sua característica principal é a perfeita simetria, além da variedade.

Na Itália, os terraços e escadarias emergem sob as condições topográficas e, em termos sociais, assumem o caráter público, como exemplifica Del Picchia (2009, p. 21):

Fabiane dos Santos Toledo et al..



Nos jardins de Plínio, o uso era para o deleite do proprietário, agora, os jardins assumem um caráter de mais ostentação, sendo seu uso mais social que privado. Bramante (Fermignano, 1444-1514) realizou, sob encomenda do Papa, a ligação do Vaticano com o Belvedere. Como este estivesse em posição mais alta que o Vaticano se fazia necessário procurar uma transição entre eles. Para resolver o problema, Bramante utilizou um magnífico arranjo de escadarias e balaustradas e com isso compensou, também, o desequilíbrio entre as duas construções de proporções desiguais. A novidade aqui, já que escadas sempre existiram no jardim, em geral disfarçadas no desenho, é que as escadas tornaram-se o mais importante elemento do desenho do jardim.

A partir da segunda metade do século XVIII, há um interesse maior pelos espaços livres públicos, possivelmente devido ao crescimento das cidades ocasionado pela Revolução Industrial e pela falta de planejamento desde então. Para Kliass (1993), o parque surgiu ao final do século XVIII, na Inglaterra, incorporando a estrutura urbana dos jardins da Corte, após longo período de influência francesa em seus jardins, exemplificando o que foi dito anteriormente.

Importante ressaltar que no Romantismo, movimento significativo desse período, surge um novo estilo que, segundo Laurie (1983) atesta o gosto perdido na Idade Média pela natureza virgem, finalizando a concepção de jardins projetados como monumentos arquitetônicos e que a jardinagem é transformada na recreação da paisagem, concebendo jardins adequados às características naturais do terreno, procurando imitar a natureza.

Na Inglaterra, as linhas retas que eram características dos jardins, passaram a ser rejeitadas a partir da percepção das linhas ondulantes da beleza, os objetivos paisagísticos foram a irregularidade e a informalidade. Ao contrário dos franceses, os jardins ingleses estavam voltados a um passeio ou a uma caminhada no campo. As estruturas luxuosas foram gradativamente substituídas por gramados, bosques e árvores naturalmente desenvolvidas, sem podas ou simetrias.

Nessa época emerge uma nova concepção do espaço e do diálogo do homem com o seu meio natural que passa a idealizar a natureza e a concebê-la fora da

servidão ao homem, como afirmam Jellicoe; Jellicoe (1995):

La naturaleza ya no estaría sometida al servicio del hombre, sino que en adelante sería una amiga igualitaria, que podría ser fuente de interés, estímulo y exaltación moral inesgotables; como objetivo prioritario del paisajismo se proclamaba ahora la irregularidad, antes que La regularidad.

Ainda nos jardins ingleses dessa época, William Kent e Charles Bridgeman, grandes nomes do paisagismo inglês, criam a técnica do *ha-ha* que se baseava na remoção dos limites por meio de cercas invisíveis dando a impressão de que os jardins faziam parte do mundo total da natureza.

É relevante citar importantes paisagistas ingleses desse período que influenciaram muitos parques no século XIX, como o próprio William Kent, pioneiro do jardim de formas naturais, o qual afirmava que a natureza detestava a linha reta. Seu parceiro, Charles Bridgeman criador dos jardins de *Stowe*, que foi o primeiro jardim inglês para o qual foi produzido um livro-guia. Ainda Lancelot "*Capability*" Brown com sua ideia de naturalizar e valorizar a paisagem, além de Charles Hamilton e Humphry Repton, talvez o último grande paisagista do século.

Já iniciando no século XIX, Teixeira (2007, p. 52) discorre sobre o antagonismo paisagístico:

A feiura urbana imposta pela Revolução Industrial em oposição à beleza das paisagens naturais, a qual passou a ser divulgada e cultuada, contribuiu para o interesse e desejo pela melhoria da paisagem das cidades. A implantação de parques passou a ser considerada como uma "necessidade higiênica" para resgatar a saúde.

Sobre esta temática, Segawa (1996) responde que o século XIX foi o cenário para o desenvolvimento da medicina científica. A cidade foi o grande palco das transformações – num primeiro instante, pelo vetor da revolução industrial; depois, a reação com o salubrismo, que para o autor está correlacionado com o aparecimento de noção de higiene pública.

Essa inquietação com a higiene e saúde públicas se intensifica no século XIX e influencia a crescente demanda, principalmente por praças e parques urbanos. Kliass (1993) diz que o parque urbano atinge seu pleno desenvolvimento entre 1850 e 1860, destacando o paisagista Haussman.

ESPAÇO LIVRE DE...



Georges-Eugène Haussmann (Paris, 1809-1891), o "artista demolidor" foi o grande remodelador de Paris, efetuando seu plano urbanístico, planejou uma nova cidade, melhorando os parques parisienses e criando outros. O plano priorizou o alargamento das avenidas e a criação de bulevares, remodelando a velha malha urbana, com um significativo sistema de largas vias arborizadas.

Passando agora pelas Américas, atesta-se que não existia uma tradição em relação a esses espaços, principalmente nos Estados Unidos, e é possível que até o século XVIII os parques públicos fossem desconhecidos. Kliass (1993) destaca o arquiteto e paisagista Frederick Law Olmsted, pela implantação e influência de vários parques inovadores em muitas cidades dos Estados Unidos, foi o projetista do Central Park, em Nova York, no final de 1850 e representou uma manifestação em favor dos parques chamada Movimento de Parques Americanos. A autora ainda diz que esse

modelo, bastante difundido, vigorou até o início do século XX, tendo inspirado inúmeros parques criados à época na América do Sul por paisagistas europeus em países como Argentina, Uruguai e Brasil.

Enfim, por aspirações para o século XXI, pelo menos nessa primeira metade, há de conceber que os parques urbanos abarcarão a liberdade de criação nos seus desenhos, assim como nas propostas de suas funções e adequações tendo como limitações os campos da educação ambiental e da política urbana. Nesses termos, Macedo e Sakata (2002, p.46) afirmam que o público a ser atendido é diferenciado:

Muito maior e menos exigente que as elites do império e a Primeira República. As referências da elite eram as cidades de Paris e Londres, e o seu sonho era construir a Europa Tropical. O novo público possui menos referências culturais, mora em subúrbios densamente construídos, às vezes, muito pobres, não tem acesso a clubes, e o espaço público, seja rua, a praça, praia ou parque, é o único local onde pode desenvolver atividades ao ar livre.

Os parques urbanos no Brasil

O interesse por áreas verdes no Brasil, nesse caso por parques, nasce no final do século XVIII, possivelmente influenciado pela Europa e com objetivos voltados para a preservação e para as potencialidades econômicas da natureza envoltas na organização de jardins e passeios públicos aos interesses da coroa portuguesa.

Já no século XIX, ainda como herança dos países que já praticavam a arte do paisagismo, há um aumento significativo na criação desses espaços solicitando cada vez mais os botânicos e paisagistas, suas atividades profissionais.

Para Cavalheiro (1982), ainda existem no município de Recife esboços dos projetos dos jardins dos palácios de Friburgo e Bellevue, evidência da presença holandesa no Brasil, sendo a primeira amostra de paisagismo que se tem registro na história, mas que foi destruída com a expulsão dos mesmos. É necessário mencionar que segundo Macedo e Sakata (2002) os parques brasileiros não expressaram as mudanças sociais,

históricas e culturais das cidades e que as alterações nos estilos acompanharam essas mudanças. Os mesmos autores ainda revelam que no processo de construção dos parques urbanos no Brasil várias ideias e ideais estiveram intrínsecos na sua história, como questões tipológicas e funcionais que evoluíram com a sociedade.

O Passeio Público no Rio de Janeiro, por exemplo, criado em 1783 é oficialmente o mais antigo parque urbano no Brasil, apesar de sua origem ser "totalmente obscura, documentalmente" (SEGAWA, 1996, p. 80), já que foi uma obra fora do contexto histórico e das prioridades locais da cidade. Sobre sua gênese Cavalheiro (1982) diz que o primeiro espaço livre proposital talvez tenha sido o "Passeio Público" da cidade do Rio de Janeiro construído no aterro da Lagoa do Boqueirão pelo Mestre Valentim, considerado o primeiro paisagista brasileiro. Segawa (1996, p. 77) dá sua visão neste contexto:

Nada mais singular, do ponto de vista urbanístico do Brasil do século 18, que a realização do Passeio Público do Rio de Janeiro (...). Diferentemente dos espaços

Fabiane dos Santos Toledo et al..



abertos do urbanismo colonial, o Passeio Público não era um símbolo em si ou evidente da autoridade portuguesa (...) não se prestava para emoldurar nenhum monumento – ao contrário, como um insubordinado da hierarquia colonial, era um monumento à vegetação, à natureza, monumento a si mesmo.

No Brasil ainda foram implantados projetos de melhoria urbana principalmente com a vinda da Família Real Portuguesa; a organização de jardins e passeios públicos foi voltada ao interesse da coroa, no que diz respeito à economia da natureza brasileira, como já citado e que, segundo Segawa (1996) relacionados com a preocupação de fomentar o conhecimento sobre as possibilidades econômicas da flora local e exótica. No entanto, já dito também, somente em meados do século XIX é retomada a preocupação com os espaços livres, as áreas de nascentes foram reflorestadas surgindo em uma dessas a Floresta da Tijuca. Essas ações eram administradas e provavelmente tenha sido a primeira organização oficial a ter um espaço livre público na sua agenda.

De acordo com Segawa (op. cit.) no final do século XVIII, o arquiteto naturalista Antônio José Landi teria plantado mangueiras nas ruas de Belém do Pará, com as finalidades de estudar e promover a adaptação da espécie ao novo ambiente; também a ação do senador Antônio José Lemos, conduzido à administração do município, permitiu desenvolver uma política urbana de intensa arborização e criação de parques e jardins.

Esse autor faz vários estudos de caso em sua obra, analisando o surgimento e o desenvolvimento dos jardins públicos, consequentemente dos parques, nas formas, materiais e vegetação tropical ou não. Só para efeito de informação, o Projeto Quapá “Quadro do Paisagismo no Brasil” é uma pesquisa sobre o paisagismo iniciada em 1994 na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo que teve como propósito o estudo do projeto de paisagismo no Brasil em todas as suas escalas de abrangência. Atualmente, o projeto objetiva a análise e sistematização do projeto

paisagístico contemporâneo, tanto na escala pública como privada, abrangendo o entendimento das formas de projeto e configuração paisagística de espaços livres.

Brasil segundo seus diferentes contextos e desdobramentos.

Entre os séculos XIX e XX, de acordo com o Projeto Quapá, a tradição cultural foi fortemente influenciada pelas tradições européias - francesas, italianas e inglesas, o que se refletiu diretamente na configuração do projeto paisagístico nacional, que é resultado de uma mescla de simbiose constante de ideais,

Em São Paulo, com exceção da Estação da Luz (Figura 2), não houve esse desdobramento ou continuidade na administração voltadas a esses espaços e somente depois de 1870 apareceram os espaços livres públicos, segundo Bruno, citado por Cavalheiro (1982). Kliass (1993) atenta para o fato de que vários parques foram criados pela iniciativa privada, tendo como exemplo o Parque Trianon (Figura 3), atual Siqueira Campos, inaugurado em 1892 e projetado pelo paisagista francês Paul Villon. O parque surgiu no contexto do processo de urbanização da cidade de São Paulo daquela época (no ano anterior era inaugurada a Avenida Paulista) e permaneceu sob a iniciativa privada até 1924 quando foi doado à prefeitura.

Na década de 1930, Roberto Burle Marx, acrescenta o verde com diferentes formas e texturas na paisagem das cidades, usando harmoniosamente plantas nativas, tropicais e brasileiras, explorando positivamente a biodiversidade do país. Kliass (1993) destaca suas ações pelas interferências positivas na paisagem urbana do Rio de Janeiro.

Macedo e Sakata (2002) relatam que somente no final do século XX observa-se um interesse político pela introdução e formação de parques públicos. Iniciou-se, no final desse século, um processo crescente de implantação desse tipo de espaço nos médios e grandes aglomerados urbanos, de responsabilidade tanto dos municípios, como dos governos estaduais.



Figura 2. Parque da Luz, o mais antigo jardim público de São Paulo

Figure 2 . Parque da Luz, the oldest public garden in São Paulo



Fonte: Terra Nobre Turismo, 2010

Figura 3. Parque do Trianon, no coração da Avenida Paulista

Figure 3 . Trianon Park, the heart of Avenida Paulista



F

Fonte: PMSP, 2010

Fabiane dos Santos Toledo et al..



O século XX fortalece a atividade paisagística no país em meio a crescente expansão e demanda, sucessivamente, e sob as transformações sociais e urbanas chega ao século XXI como um país essencialmente urbano, carente de planejamento adequado em vários setores e como prevê o resultado do Projeto Quapá, ao mesmo tempo em que aumenta as opções e a diversidade do lazer para a sociedade em geral, maiores são os segmentos sociais a demandar espaços para atividades ao ar livre e a recreação é um dos motives para a organização do espaço livre, tanto público como privado.

Os equipamentos específicos para o lazer se tornam comuns, primeiro os *playgrounds* e quadras esportivas, depois as piscinas (principalmente nos prédios de classe média e residenciais de classe média-alta). Nesse sentido, observa-se uma verdadeira privatização dos espaços livres, que passam a ser atrativos de condomínios fechados, vendidos como “oasis” de conforto, segurança e tranquilidade, fazendo com que as elites não dividam mais os espaços públicos com os menos favorecidos.

CONCLUSÃO

Reafirma-se assim as diferenciações temporais quanto aos objetivos e funções dos parques urbanos dependentes das fases sociais, culturais e políticas que, apesar disso e ao longo do tempo mostra-se que desde as primeiras criações esses espaços foram cruciais ao contexto histórico e que atualmente assumem um papel fundamental no desenvolvimento e no planejamento ambientais com execuções a longo prazo, visto que a falta dos mesmos é uma constante nas cidades, como por exemplo, no Brasil.

Este estudo, apesar de ser um momento específico do trabalho em andamento, mostrou que o entendimento dos espaços livres públicos, especificamente dos parques urbanos, é de extrema

Nos bairros mais pobres, os parques já não são mais redutos das elites, que esporadicamente e em locais pré-determinados a eles se dirigem, sendo solicitada sua instalação e gestão nos bairros e subúrbios populares distantes, carentes de qualquer estrutura espacial mínima de lazer.

A gama de fatores benéficos relacionada ao meio ambiente urbano é extensa e sujeita a acréscimos constantes, visto que as cidades se tornaram cada vez menos atrativas em termos de qualidade ambiental e de vida, já que aumentaram os problemas ambientais como a poluição atmosférica, erosões, chuvas ácidas, enchentes e tantos outros que, além de tudo, rondam a situação psicológica da população, como se observa ultimamente, e muitas vezes de perto, no Brasil.

Amenizar as tensões do cotidiano, proporcionar liberdade e inspirar saúde são alguns propósitos dos parques há muito tempo. Vale lembrar os argumentos higienistas do século XIX, que foram muito utilizados pelos autores e estudiosos do segmento como uma resolução para os problemas sociais, dentre eles a saúde precária do ambiente urbano.

importância para a compreensão dos seus significados e da morfologia urbana nos contextos sociais e ambientais.

Da sua concepção e evolução até as suas funções e usos reais, o que foi exposto dá provas de que o parque pode ser um dos ícones do urbanismo moderno que tende a visualizar o futuro estrutural das cidades em meio a catástrofes e intrínseco em uma sociedade que demanda cada vez mais ambientes saudáveis, desimpermeabilizados e propícios a um novo modo de ver e viver a cidade, contribuindo para a conciliação entre o homem e o seu espaço.

Contudo e para finalizar, atesta-se Le Corbusier (1933, p. 7) na carta de Atenas:

Quanto mais a cidade cresce, menos as ‘condições naturais’ são nela respeitadas. Por ‘condições naturais’

ESPAÇO LIVRE DE...



entende-se a presença, em proporção suficiente, de certos elementos indispensáveis aos seres vivos: sol, espaço, vegetação. Uma expansão sem controle privou as cidades desses alimentos fundamentais, de ordem tanto psicológica quanto fisiológica. O indivíduo que perde

contato com a natureza é diminuído e paga caro, com a doença e a decadência, uma ruptura que enfraquece seu corpo e arruína sua sensibilidade, corrompida pelas alegrias ilusórias da cidade [...]

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. 1933, Atenas, Grécia. **Assembléia** Geral do CIAM. Carta de Atenas de novembro de 1933.

AVELAR, G.H.O.; SILVA NETO, J.C. Estudo de impacto ambiental de áreas verdes: uma proposta de planejamento e monitoramento. In: IV CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, **Anais...** Niterói/RJ, 2008, p. 1-17. Disponível em: <http://www.latec.uff.br/cneg/documentos/anais_cneg4/T7_0045_0100.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2010.

BRASIL. **Lei nº 10.406**, de 10 de Janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/2002/L10406.htm>> Acesso em: 12 abr. 2010.

BUCCHERI FILHO, Alexandre Teobaldo. Qualidade ambiental no bairro alto da xv, curitiba/pr. 2006. 92p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná, PR.

CAVALHEIRO, F. O planejamento de espaços livres: o caso de São Paulo. In: Congresso nacional sobre essências nativas, Campos do Jordão, 1982. **Anais São Paulo**: Silvicultura em São Paulo, 1982. p. 29-38.

CAVALHEIRO, F. & DEL PICCHIA, P.C.D. Áreas Verdes: conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento. In: Congresso brasileiro sobre arborização urbana, I, Vitória/ES. **Anais I e II**. 1992. p. 29-35.

CAVALHEIRO, F.; NUCCI, J.C. Espaços livres e qualidade de vida urbana. **Paisagem Ambiente Ensaios**, n.11, 1998. p. 277-88.

CAVALHEIRO, F.; NUCCI, J.C.; GUZZO, P.; ROCHA, Y.T. Proposição de terminologia para o verde urbano. **Boletim Informativo da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, Rio de Janeiro, n. 3 - Jul/ago/set de 1999. Rio de Janeiro. p. 7.

CHADDAD, J. Evolução urbana na arquitetura e no paisagismo. In: DEMÉTRIO, U. A; CHADDAD, J.; LIMA, A. M. L. P.; CHADDAD JÚNIOR, J. **Composição paisagística em parques e jardins**. Piracicaba: FEALQ, 2000. cap.1, p.7-17.

COLESANTI, M. T. M. **Por uma educação ambiental**: o Parque do Sabiá, em Uberlândia, MG. 1994. 175p. Tese (Doutorado em Geografia) – UNESP, Rio Claro, 1994.

DEL PICCHIA, P.C.D. Histórico do ordenamento da paisagem. In: SANTOS, D. G; NUCCI, J. C. (Org.). **Paisagens geográficas**: Um tributo a Felisberto Cavaleiro. Campo Mourão: Editora da FECILCAM, 2009. Cap. 2, p. 18-49. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/editora/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=6&Itemid=12>. Acesso em: 28 Abr. 2010.

ESCADA, M. I. S. **Utilização de técnicas de sensoriamento remoto para o planejamento de espaços livres urbanos de uso coletivo**. 1992. 133 p. Dissertação (Mestrado). Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. São José dos Campos.

Fabiane dos Santos Toledo et al..



JELLICOE, Geoffrey; JELLICOE, Susan. **El paisaje del hombre**: la conformacion del entorno desde la prehistoria hasta nuestros dias ; edicion revisada y ampliada, con 746 ilustraciones y seis mapas Barcelona: Ed Gustavo Gili, 1995.

KLIASS, Rosa Grena. **Parques urbanos de São Paulo**. São Paulo: PINI, 1993. 212 p.

LAURIE, Michael. **Introducción a la arquitectura del paisaje**. Barcelona: Gustavo Gili, 1983. 306 p.

Le Corbusier. Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. 1933, Atenas, Grécia. **Assembléia** Geral do CIAM. Carta de Atenas de novembro de 1933.

LIMA, A. M. L. P.; CAVALHEIRO, F.; NUCCI, J.C.; SOUZA, M.A.L.B.; FIALHO, N.O ; DEL PICCHIA, P. C. D. Problemas de utilização na Conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. In: Congresso Brasileiro sobre Arborização Urbana, 2, São Luiz/MA, 1994. **Anais**. p. 539-550.

MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. **Parques urbanos no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2002. 206p.

MANTOVANI, Marta (Org.). **Parques urbanos e meio ambiente**: desafios de uso. 1. ed. São Paulo: Parque Cientec/USP; PEFI, 2006. v. 1. 392p.

NUCCI, J.C. **Qualidade ambiental & adensamento urbano**: um estudo de ecologia e planejamento da paisagem aplicado ao distrito de Santa Cecília (MSP). São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001. 234 p.

PMSP – Prefeitura Municipal de São Paulo. **Parque do Trianon** [200?]. 1. fotografia, color. Disponível em: <http://centrosp.prefeitura.sp.gov.br/guia/lazer/parque_trianon.php>. Acesso em: 19 abr. 2010.

SANCHOTENE, M. do C.C. Conceitos e Composição do índice de áreas verdes. **Boletim Informativo da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, n.1, p.4-9, 2004.

SEGAWA, H. **Ao amor do público**: jardins no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 1996. 240 p.

SILVA, Luciene de J. M. da. **Parques Urbanos**: A Natureza na Cidade – uma análise da percepção dos atores urbanos. 2003. 114p. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável.

TEIXEIRA, Ricardo dos Santos. **Análise da apropriação pelos usuários de parques urbanos**: Estudo de casos na Bacia da Pampulha – Belo Horizonte, MG. 2007. 114p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Viçosa.

TERRA NOBRE TURISMO. **Parque da Luz** [200?]. 1. fotografia, color. Disponível em: <http://www.terranobre.com.br/turismo_virtual/view.asp?id=96>. Acesso em: 19 abr. 2010.

TOLEDO, F. S.; SANTOS, Douglas G. Espaços livres de construção. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, v. 3, n. 1, Piracicaba, p. 73-91, mar/2008. p. 73-91.

